

Senado ouve autor de denúncia contra os EUA

Jornalista Glenn Greenwald, que publicou reportagens sobre monitoramento de telefones e e-mails, fala amanhã em audiência na Comissão de Relações Exteriores

Responsável por expor os programas secretos do governo dos Estados Unidos para interceptação de dados telefônicos e pela internet no Brasil, o colunista do jornal britânico *The Guardian* Glenn Greenwald fala amanhã em audiência pública. Ricardo Ferraço, autor do

requerimento de audiência, pretende colher dados para elaborar um relatório que ajude a melhorar a defesa cibernética brasileira. O Senado aprovou a criação de CPI para investigar as denúncias. Ferraço propõe que, caso elas se confirmem, o Brasil denuncie os americanos a organismos internacionais. **2**



Greenwald diz que telefones e e-mails de brasileiros teriam sido monitorados



Ferraço sugere que o Brasil denuncie os americanos a órgãos internacionais

Ouvidoria precisa se aproximar da população, diz Lúcia Vânia **4**

Mobilidade urbana será tema de audiência interativa hoje **3**



O Plenário aprovou o projeto do Ato Médico em 18 de junho, e o Congresso deve analisar os vetos na volta do recesso

Vetos ao Ato Médico são criticados

Os vetos à Lei do Ato Médico foram criticados em Plenário por senadores como Ana Amélia e Vital do Rêgo. Para eles, Dilma Rousseff desconsiderou o trabalho

do Congresso, que debateu o projeto com diversas entidades da área de saúde e autoridades antes de aprová-lo. Já Roberto Requião elogiou a atitude da presidente. **4**

Senadores avaliam protestos e votação de pauta prioritária

Vários senadores fizeram discursos em Plenário, na sexta-feira, para avaliar as manifestações que tomaram o país em junho. Também analisaram a votação

de projetos pelo Senado em resposta às ruas. De modo geral, a opinião dos parlamentares é de que o Brasil não será o mesmo depois dos protestos. **3**



Sarney: sistema político-eleitoral também é responsável pela insatisfação popular

Este assunto merece todo o respeito

O encarte especial do **Jornal do Senado** que trata do balanço da CPI do Congresso sobre a violência contra a mulher está disponível no Portal de Notícias da Casa.

Acesse www.senado.leg.br/mariadapenha ou utilize o QR Code ao lado

SENADO FEDERAL

Senadores pretendem fazer relatório para melhorar defesa cibernética brasileira a partir de audiência, amanhã, com jornalista que denunciou monitoramento pelos Estados Unidos

Reação a espionagem pode gerar mais proteção

AUDIÊNCIA PÚBLICA COM o colunista do jornal britânico *The Guardian* Glenn Greenwald, amanhã, será um dos passos mais importantes da investigação da Comissão de Relações Exteriores (CRE) sobre as denúncias de que o governo dos Estados Unidos teria uma rede de espionagem no Brasil até 2002. A avaliação é do presidente da comissão, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), que espera ouvir de Greenwald mais detalhes sobre o envolvimento de empresas com esquemas de interceptação.

— Queremos apurar o nível de fragilidade do nosso país para discutirmos como oferecer maior proteção a nossas redes de informação — disse.

A CRE ouviu na semana passada os ministros da Defesa, Celso Amorim; das Relações



Ferraço (4º à esq.) debateu as denúncias com Patriota, Amorim, Nelson Pellegrino, Zeze Perrella e José Elito, na quarta-feira

Exteriores, Antonio Patriota; e das Comunicações, Paulo Bernardo; além do chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência, general José Elito Siqueira. Os ministros reconheceram a falta de investimentos em segurança cibernética e vulnerabilidade.

De acordo com Ferraço, o relatório a ser elaborado pela CRE servirá como contribuição para a atuação da CPI

aprovada pelo Senado para investigar as denúncias de espionagem. Como a CPI só deve começar em agosto, a CRE já estará com boa parte do trabalho adiantado. Dessa forma, poderá repassar as conclusões para que se aprofundem ainda mais as investigações.

Ferraço pretende ir com senadores até a Venezuela para ouvir Edward Snowden, ex-técnico da agência de

segurança nacional americana que revelou a Greenwald os programas secretos de interceptação de dados, caso receba asilo naquele país. Ele explicou que a intenção é elaborar um relatório apontando as falhas do sistema de defesa cibernética brasileiro e as melhorias que devem ser feitas. Defendeu que, caso se confirme a espionagem dos Estados Unidos, o Brasil

denuncie os americanos a organismos internacionais, como o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas.

Outra ação defendida pelo senador é a discussão do caso na Assembleia-Geral da ONU, em setembro, em Nova York. Como o Brasil é quem, tradicionalmente, faz a abertura do evento, o senador quer que a presidente Dilma Rousseff trate do assunto no discurso.

— Queremos que ela carregue na tinta neste tema.

O senador propõe a criação de um marco regulatório civil global para tratar de tecnologia. A sugestão é de que, a exemplo da Organização Mundial do Comércio (OMC) e da Organização Mundial da Saúde (OMS), seja criada uma organização para regular o ambiente cibernético.

Ana Rita comemora aprovação de texto final de CPI

Ana Rita (PT-ES) comemorou a aprovação, na quinta-feira, do relatório final da CPI que investigou a violência contra a mulher. O texto foi elaborado pela senadora.

O diagnóstico feito pela CPI, como ela ressaltou, destaca muitas preocupações dos parlamentares no que se refere à violência contra as mulheres. Ana Rita informou que o relatório apresenta 68 recomendações a diversos órgãos dos Três Poderes para que a legislação seja cumprida e o problema enfrentado.



Ana Rita relatou CPI da Violência contra a Mulher



Senador afirma que falta verba para manter serviços

Delcídio: custeio da máquina prejudica prefeituras

Delcídio do Amaral (PT-MS) chamou a atenção na sexta-feira para a situação das prefeituras. Para ele, o custeio da máquina pública é uma das maiores dificuldades.

— Chegamos a uma situação tal que um prefeito recebe uma creche e não quer porque não sabe de onde tirar dinheiro para manter — disse.

Ele também criticou a redução dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), provocadas por desonerações a alguns setores da economia.

Rodrigues defende ampliação do TRF de São Paulo

Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) defendeu a ampliação do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que abrange o estado de São Paulo. Antes da Emenda 73/2013, o TRF incluía Mato Grosso do Sul, que agora pertence ao TRF da 6ª Região.

Para Rodrigues, a 3ª Região deverá manter a maior demanda da Justiça federal: cerca de 3.400 processos por magistrado.

— Seriam necessários novos cargos de desembargador, aumentando de 43 para 73 membros.



Rodrigues: TRF tem a maior demanda da Justiça federal



Lídice analisa relação entre o Executivo e o Legislativo

Lídice elogia prazo para análise de vetos presidenciais

Lídice da Mata (PSB-BA) analisou em Plenário o andamento das relações institucionais entre o Executivo e o Legislativo.

A senadora saudou a decisão do Congresso de estabelecer prazo para exame dos vetos presidenciais.

Na avaliação dela, é frustrante o Parlamento trabalhar anos a fio em uma proposta e vê-la ser derrubada por veto do Executivo.

— Se o Parlamento anda de um lado, e o Executivo, do outro, certamente não vai atender a reivindicação da população.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>

SEGUNDA

PLENÁRIO Discursos

14h A sessão de hoje é não deliberativa.

PRESIDÊNCIA Nigéria

15h30 Renan Calheiros recebe o ministro de Negócios Estrangeiros da Nigéria, Olugbenga Ayodeji Ashiru.

CDH Mobilidade urbana

9h Audiência pública com interatividade pelo Portal e-Cidadania debate "Mobilidade urbana e direitos humanos".

TERÇA

CAE Caixas automáticos

10h Pauta inclui projeto de formato único para teclados em caixas eletrônicos.

CE Arquivo Histórico Nacional

10h Audiência com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo.

CONGRESSO Portal

11h Lançamento do Portal do Congresso.

QUARTA

CRE Espionagem dos Estados Unidos

14h Comissão debate denúncias sobre a rede de espionagem montada em Brasília pelo governo dos Estados Unidos.

CDR Sudene e Sudam

9h Na pauta, ampliação do prazo de benefícios fiscais do Imposto de Renda Pessoa Jurídica nas áreas da Sudene e Sudam.

CAS Coletes para jornalistas

9h Pauta com dez itens inclui projeto sobre uso de coletes à prova de balas por jornalistas.

CCJ Voos comerciais

10h Na pauta com 16 itens da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, proposta que autoriza o poder público a definir padrões de salubridade em voos comerciais.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretora-adjunta: Virgínia Galvez
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333
Editor-chefe: Sílvio Burle
Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin
Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex
Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Mobilidade urbana tem audiência interativa hoje

Uma das reivindicações nas manifestações de rua em todo o Brasil, pauta será discutida por especialistas a partir das 9h. Perguntas podem ser feitas pela internet

A COMISSÃO DE Direitos Humanos (CDH) debate hoje às 9h mobilidade urbana e os direitos humanos. O público poderá assistir ao vivo no Portal e-Cidadania, encaminhar perguntas e participar (*veja quadro*). Melhorias na mobilidade urbana foram uma das

reivindicações das manifestações de rua em junho.

Foram convidados o ministro das Cidades, Aguinaldo Ribeiro; o representante do Movimento Passe Livre, Paulo Henrique Santarém; o presidente da Associação Nacional das Empresas de Transportes

Urbanos, Eurico Galhardi; a representante do Projeto Cidade Verde, da Universidade de Brasília, Maria Rosa Ravelli; o presidente do Instituto Pedala Brasília, Ronaldo Alves; e a presidente da Companhia de Trânsito e Transportes de Macapá, Cristina Baddini.

A Agência Senado reuniu em uma única página (www12.senado.gov.br/noticias/pauta-prioritaria) o conteúdo sobre

a pauta prioritária da Casa em resposta às ruas. São mais de 200 textos, vídeos e áudios, além de infográfico e fotos.

ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 9h

▶ **Tempo real:** <http://bit.ly/CDHmobilidadeurbana>

▶ **Portal e-Cidadania:** www.senado.leg.br/ecidadania

▶ **Taquigrafia:** <http://bit.ly/notasCDHmobilidade>

▶ **Facebook:** [eCidadaniaSF](https://www.facebook.com/eCidadaniaSF)

▶ **Twitter:** [@e_cidadania](https://twitter.com/_e_cidadania)

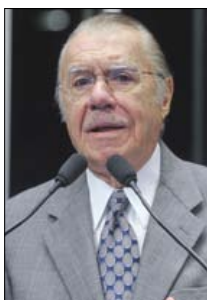
▶ **TV:** www.senado.leg.br/TV

Sarney atribui recentes mobilizações a insatisfação com sistema político eleitoral

O preço das passagens de ônibus despertou as mobilizações de massa pelas redes sociais, mas o atual sistema político-eleitoral também é responsável por uma parcela da atual “crise da vontade popular”, segundo José Sarney (PMDB-AP).

— O voto proporcional é destruidor dos partidos, do Congresso, da classe política e tem sido responsável pela incompreensão do povo, o que só tem diminuído o prestígio da instituição representativa. Sem partidos fortes, não há parlamentos fortes. O atual sistema eleitoral e partidário chegou ao fim.

O senador ressaltou a tradição do Congresso de crescer em momentos turbulentos, embora situações de crise gerem abatimento. Sarney reconheceu o esforço do Congresso em votar leis importantes sob o ponto de vista institucional nas últimas semanas. Ele disse que, nos novos tempos, o indivíduo, por meio das redes sociais, passa a interferir na coletividade e a cobrar maior participação nas instâncias decisórias.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Simon: brasileiro não aceita mais a corrupção e pede serviço público eficiente

As manifestações populares causaram surpresa para as instituições, incluídos o Congresso, o Executivo e o Judiciário, disse Pedro Simon (PMDB-RS).

— Ninguém antecipou a avalanche humana que tomou nosso país durante a Copa das Confederações. Boa parte da indignação era dirigida aos estádios que foram ou estão sendo erguidos com cifras milionárias — disse.

Ao comparar as manifestações realizadas no Brasil com outros protestos que eclodiram no mundo nos últimos anos — como a Primavera Árabe, que começou pela Tunísia e se espalhou pelo norte da África e pelo Oriente, e o Occupy Wall Street, nos Estados Unidos — o senador avaliou que a principal marca das reivindicações dos brasileiros é o descontentamento com a corrupção.

— O brasileiro quer um governo melhor e mais eficiente, que crie e implante medidas efetivas para melhorar os serviços públicos — disse.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Para Suplicy, o país não será mais o mesmo após as manifestações populares

O país nunca mais será o mesmo depois que começaram as manifestações populares em junho, afirmou Eduardo Suplicy (PT-SP). Para o senador,

elas apressaram as decisões que têm de ser tomadas pelo Congresso.

Suplicy acrescentou que, em todo o mundo, as manifestações têm usado a internet e as redes sociais.

— Todos esses movimentos, um diferente do outro, têm um fundo comum: o uso da tecnologia à velocidade da luz para atuarem em tempo real, o que aumenta muito seu poder — disse.

O senador também manifestou apoio ao asilo político para o ex-técnico da CIA Edward Snowden, que revelou o sistema de espionagem dos Estados Unidos em países da América Latina. E destacou o encontro na sexta-feira, no Uruguai, dos presidentes dos países do Mercosul para discutir denúncias de espionagem. Suplicy ainda requereu voto de pesar pela morte do líder sindical Rubens Teodoro Arruda.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Reivindicações dão a chance de se construir um país melhor, afirma Mozarildo

Os três Poderes da República têm a chance de construir um Brasil melhor a partir das manifestações populares, segundo Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Ele disse, sexta-feira, que as reivindicações dos movimentos fizeram Executivo e Legislativo tomarem medidas que “estavam mofando nas gavetas”.

— Houve, sim, pleitos específicos, como o combate à corrupção e a exigência de saúde e educação nos padrões Fifa. A população não foi às ruas somente pelos 20 centavos — afirmou.

O senador dedicou parte do pronunciamento à saúde. Ele disse que importação de médicos não é solução para a carência de profissionais no Brasil e lembrou que há outros problemas, como a precariedade dos hospitais, a falta de manutenção de equipamentos e a corrupção na aquisição de medicamentos e materiais hospitalares.

Em relação aos vetos ao Ato Médico, Mozarildo negou que os médicos queiram assumir todas as atribuições.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Jarbas quer votar PEC sobre perda automática de mandato de condenados por corrupção

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) voltou a criticar a não votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 18/2013, apresentada por ele em abril, sobre cassação automática dos mandatos de parlamentares condenados por crimes contra a administração pública. O senador atribui ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Vital do Rêgo (PMDB-PB), e ao relator, Eduardo Braga (PMDB-AM), o fato de a PEC não estar na pauta prioritária.

— Pedi a um e ao outro, e eles diziam que iriam concluir o relatório e colocar em pauta. Mentira — afirmou.

Por meio de nota, a assessoria de Eduardo Braga rebateu as críticas, ressaltando, entre outros pontos, que, dado o volume de trabalho no Senado, “não é incomum atrasos na apresentação de pareceres de PECs”. Também informou que o substitutivo de Braga à PEC 18 foi concluído e disponibilizado para consulta pública desde sexta-feira.



José Cruz/Agência Senado

Senado votou projetos importantes para o país, diz Viana em balanço do semestre

Jorge Viana (PT-AC) fez sexta-feira um balanço das atividades do Senado no semestre, lembrando sessões que avançaram até a madrugada e aprovaram proposições “que atendem às demandas da sociedade”.

O senador também lembrou ações da presidente Dilma Rousseff para municípios e anunciadas no encontro com prefeitos na semana passada, como a compensação por perdas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Ele agradeceu ao Ministério do Turismo pela liberação de R\$ 15 milhões para a Prefeitura de Rio Branco.

— O prefeito Marcus Alexandre fez um ótimo projeto e o governador Tião Viana se envolveu diretamente com sua equipe — disse, ao relatar projeto para construção de shopping popular.

Para Viana, o semestre foi de aproximação e reconhecimento pelo esforço.

— Estamos fazendo uma agenda positiva, uma agenda que resgata o olhar, a atenção e o respeito da sociedade.



Genaldo Magela/Agência Senado

Segundo Vanessa, ritmo de votações deverá ser mantido até o final do ano

A aprovação de vários projetos da agenda positiva do Senado foi elogiada por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). Na opinião da senadora, o segundo semestre precisa

seguir no mesmo ritmo do último mês e o Senado deve enfrentar as polêmicas de projetos e medidas provisórias, como a MP do Programa Mais Médicos.

Para Vanessa, o primeiro semestre de 2013 ficará marcado na história do país devido às manifestações que ocuparam as ruas em junho. A senadora disse que cabe sobretudo ao Legislativo entender quais são os anseios da população para que reformas sejam promovidas, e que o Senado tem promovido mudanças importantes nas leis do país.

A senadora também defendeu a reforma política e afirmou que o Senado precisa ter coragem de enfrentar esse problema, pois foi o que a população pediu nas ruas. Para ela, a representação do povo no Congresso precisa ser mais igualitária.



José Cruz/Agência Senado

Paim defende greve promovida pelas centrais sindicais na quinta-feira

As paralisações feitas na quinta-feira pelas centrais sindicais em diversas cidades do país foram apoiadas por Paulo Paim (PT-RS), mas ele disse que ficou perplexo com algumas das análises sobre o movimento. Um dos erros, segundo ele, foi contrapor as paralisações aos protestos liderados por jovens em junho.

O senador também contestou a crítica de que “parecia um feriado”.

— Já fiz greve por muito tempo. Dizia para os colegas trabalhadores: “Quer ajudar? Fique em casa. Não vá trabalhar” — pontuou, acrescentando que os militantes mais ativos o acompanhavam nos piquetes.

Segundo Paim, mais de 2 milhões de pessoas ficaram em casa. Aos que argumentam que isso ocorreu porque metrô e ônibus estavam parados, respondeu que faz parte da greve.

— Vão querer, na hora de fazer greve, que eu não use os instrumentos que tenho? — questionou.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Enquanto Ana Amélia e Vital do Rêgo destacam que proposta foi debatida por 12 anos antes da aprovação e pedem derrubada de vetos, Requião diz temer visão corporativista

Opiniões sobre vetos ao Ato Médico se dividem

OS VETOS DA Presidência da República ao Ato Médico (Lei 12.842/2013), que regulamenta a profissão da medicina e foi publicado nesta semana, foram criticados por Ana Amélia (PP-RS) e Vital do Rêgo (PMDB-PB). Eles pediram a derrubada dos vetos pelos parlamentares. Já Roberto Requião (PMDB-PR) defendeu os vetos presidenciais. Entre os itens vetados, está o que fixava como atividades exclusivas dos médicos a formulação de diagnóstico e a prescrição terapêutica.

Ana Amélia disse que o Ato Médico, antes de ser aprovado, foi debatido pelos parlamentares por 12 anos. Ela argumentou que a aprovação foi “o conagraçamento de um longo entendimento entre as entidades médicas em todas as suas categorias”.

— Os enfermeiros estão regulamentados, os psicólogos, mas os médicos, não. O que esta Casa fez foi preencher um vazio em uma atividade fundamental. Quem leu com



Para Vital (E) e Ana Amélia, vetos desprestigiam o Congresso. Já Requião (C) quer plano de carreira no serviço público

responsabilidade o Ato Médico não encontrará nenhuma linha ali que iniba o exercício de qualquer outra atividade profissional da área da saúde — garantiu.

Na quinta-feira, vários senadores, como Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) e Waldemir Moka (PMDB-MS), defenderam a derrubada dos vetos e o Congresso decidiu que eles deverão ser analisados pelos parlamentares em até 30 dias.

Ana Amélia também protestou contra a medida provisória que criou o Programa Mais Médicos (MP 621/2013), que permite a contratação de profissionais, inclusive



estrangeiros, para atender as áreas mais carentes do país. Ela avalia que o problema não está no mérito da iniciativa, mas na forma como foi feita.

Revalida

Ana Amélia informou que apresentou uma emenda à MP para que seja exigido dos médicos estrangeiros que vierem trabalhar no Brasil o Revalida (a revalidação de diplomas por universidades brasileiras) — medida defendida por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

Vital do Rêgo quer que a Lei do Ato Médico seja examinada na primeira sessão conjunta após o recesso parlamentar,



como uma “atitude digna de elevação do Congresso”.

Ele disse que o texto foi elaborado com a participação de ministros da Saúde e representantes dos vários profissionais da área. Para o senador, os vetos desprestigiam o trabalho do Legislativo. Em nota lida por Vital, o Conselho Federal de Medicina (CFM) considera os vetos uma agressão aos médicos e à saúde do país. A entidade considera um desrespeito às decisões do Parlamento.

“O governo jogou por terra acordos e consensos firmados em dezenas de reuniões e audiências. Este tema foi tratado

em 27 audiências públicas, passou por sete comissões, e, nesse percurso, sofreu diversas alterações, inclusive ampliando benefícios de outras profissões”, diz a nota do CFM.

— Se permanecerem os vetos, nós, médicos, não teremos o direito de diagnosticar as patologias, cai por terra a essência da nossa vida profissional — afirmou o senador.

Já Requião elogiou os vetos e argumentou que, agora, é necessário viabilizar, com a participação dos Ministérios da Saúde e da Educação, um plano de carreira para os médicos dos serviços públicos municipal, estadual e federal.

— Fui surpreendido com as medidas tomadas pela presidenta Dilma Rousseff, mas docemente surpreendido — disse.

O senador disse ter “muito medo da visão corporativista”. Segundo Requião, o corporativismo é a manifestação coletiva do individualismo. Ele também parabenizou o ministro da Saúde, Alexandre Padilha.



A senadora, que completou três meses à frente do órgão, diz que a Ouvidoria ajuda a construir um Senado mais proativo

Lúcia Vânia quer Ouvidoria mais perto dos brasileiros

A OUVIDORIA DO Senado precisa ser reformulada para ficar mais próxima da população, segundo Lúcia Vânia (PSDB-GO), ouvidora-geral da Casa. Sexta-feira, ela fez um balanço sobre os três meses que está à frente do órgão.

— A Ouvidoria tem que, urgentemente, desenvolver novas formas de atuação, capazes de captar os sentimentos de nossa população e dar respostas consequentes, que vão ao encontro daquilo que estão nos cobrando — disse.

Para a senadora, é preciso mudar o perfil burocrático da Ouvidoria e construir novas formas de diálogo e interação.

— O trabalho da Ouvidoria não pode ser estático e defensivo, tem que ser visto como um instrumento de informação para a população se satisfazer através de suas

mensagens. As respostas não podem se constituir em formas elaboradas e hábeis para esconder alguma coisa. Devem ser claras e transparentes, de forma a atender ao que a população está questionando.

Facebook e Twitter

A senadora destacou o esforço da Presidência para ampliar canais de comunicação com a sociedade, como o Portal do Senado, o Portal da Transparência, o e-Cidadania e o Portal de Notícias, que dá acesso aos veículos de comunicação da Casa.

Também informou que a Ouvidoria adotou o Facebook e o Twitter como canais de interlocução com o cidadão.

— Contudo, nem todo o aparato de que o Senado dispõe para dialogar com a sociedade tem conseguido captar

as insatisfações sociais com eficiência. As diversas áreas desta Casa que trabalham com canais de comunicação com os cidadãos precisam deixar de ser pequenos feudos, onde cada um se satisfaz com pequenas conquistas. Por isso, necessitamos da integração de maneira moderna e eficiente, para que se tornem realmente capazes de entender o que a sociedade tem dito — afirmou Lúcia Vânia.

Ela avalia que as demandas que chegam à Ouvidoria contribuem para a construção “de um Senado melhor, mais proativo e transparente”.

— É nesse sentido que as respostas que vêm da atuação de cada um dos senadores se tornam fundamentais. Ação, mais do que palavras, é o que a população espera de todos nós — disse a senadora.

Relatório de atividades do órgão aponta média de 241 participações por mês

O relatório das atividades de janeiro a junho da Ouvidoria registra 1.448 mensagens. Fevereiro foi o mês que mais teve participações (27%), em virtude da eleição da Mesa do Senado, e a média é de 241 manifestações por mês.

Atuação parlamentar é o tema que mais se destaca. Engloba assuntos relacionados ao exercício do mandato pelos senadores: discursos, votações em Plenário, celeridade na apreciação de matérias, entre outros. O segundo tema em destaque é a gestão administrativa, que inclui manifestações referentes a gestão do Portal do Senado, recursos humanos, infraestrutura, solicitação de publicações, treinamentos oferecidos pelo Instituto Legislativo Brasileiro, entre outros. Em terceiro lugar, fica

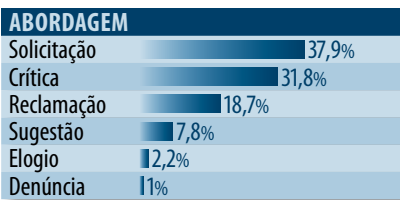
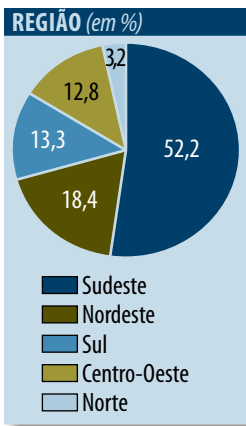
segurança pública, que reúne as demandas relacionadas à reforma do Código Penal, maioria penal e porte e comercialização de armas.

Desde o início do trabalho, em junho de 2011, os homens são os que mais participam. No primeiro semestre, a participação masculina ficou em 67,7%, e a feminina, em 32,3%. Já a distribuição por faixa etária é mais uniforme, na faixa de 30 a 59 anos, com menor participação de jovens até 19 anos. A maioria dos usuários têm ensino superior (44,6%). Os que completaram o ensino médio representam 29,6% e os que têm pós-graduação, 19,7%.

Em relação às regiões, a Sudeste é a que mais envia demandas. O Nordeste ocupa o segundo lugar, seguido pelo Sul, Centro-Oeste e Norte.

O que as pessoas desejam saber

Veja como se distribuem as 1.448 mensagens registradas de janeiro a junho



Fonte: Ouvidoria do Senado Federal